

Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/4573>

<https://doi.org/10.34628/2w7q-mn95>

Metadata

Issue Date	2018
Keywords	Economia
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCEE] LEE, n. 25 (2018)

This page was automatically generated in 2024-02-27T11:09:36Z with information provided by the Repository

NOTA DE ABERTURA

A presente edição da revista “Lusíada. Economia & Empresa” integra um conjunto interessante de artigos. A Mestre Cristina Fernandes Nunes contribui com um artigo intitulado “Capital humano e desenvolvimento económico”, partindo do reconhecimento da existência de uma correlação directa e positiva entre a valorização do capital humano e o desenvolvimento económico, consequência da evolução constatada em termos de crescimento económico e da evolução ocorrida nos índices de desenvolvimento humano. A autora é levada a concluir que se apresenta, cada vez mais, necessário incorporar novos processos dentro das salas de aula, recorrendo-se a avanços tecnológicos e científicos, devidamente comprovados, por forma a contribuir-se para a valorização da educação intercultural.

Driss Guérraoui, Reitor da Université Ouverte de Dakhla, contribui com um artigo que se baseia numa conferência que proferiu na Academia das Ciências de Lisboa, começando por salientar a tendência, a nível mundial, para uma nova repartição do poder económico e político, com a emergência de novas potências como a China, a Índia, a Rússia e, também, a Turquia, o Irão, o Brasil, o México, a Malásia, a Indonésia, a Coreia do Sul e a África do Sul. É neste quadro que Guérraoui procura analisar o papel a desempenhar no futuro pelo Continente Africano, chegando a algumas conclusões que importa salientar, com destaque para a necessidade dos africanos partilharem entre si a aprendizagem, apostando no esforço conjunto de desenvolvimento da economia africana, afigurando-se, ainda, relevante que países como Portugal e Marrocos construam uma parceria sólida para o futuro.

Mário Caldeira Dias, diretor da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada de Lisboa, contribui com um excelente artigo intitulado “As 10 razões que explicam a existência e o desenvolvimento da Economia Social (ES)”. O autor começa por proceder a um interessante enquadramento histórico da gradual criação de uma economia social em Portugal, sublinhando que “[...] a transformação da sociedade de forma reformista e não violenta marca a diferença com o marxismo”, adiantando que

“[...] a transformação do homem novo opera-se através da educação permanente, o que ainda ecoa nas social-democracias atuais, enquanto transformador das mentalidades, da economia e da sociedade”. Caldeira Dias considera como razões justificativas da existência da economia social a necessidade de apoio aos mais desfavorecidos, a indispensabilidade de existirem formas alternativas de se estar na economia, o processo histórico tendente ao reforço do Estado Providência, o papel desempenhado pelas famílias, a questão da relação de confiança, as falhas de mercado, as falhas de Estado, a utilidade de um mecanismo de suavização dos conflitos sociais, a viabilização de formas de auto-organização e, finalmente, numa perspetiva “menos panegírica”, a problemática das “non profit organisations” e dos mecanismos de isenção fiscal.

Pedro Borges Graça contribui com um artigo intitulado “Portugal e o Oceano Atlântico: os desafios estratégicos”. O autor inicia o seu artigo falando num conjunto de desafios, tais como o mapeamento da plataforma continental marítima portuguesa tendo em vista a apresentação de uma proposta de extensão dos seus limites, a qual foi submetida às Nações Unidas, em 11 de maio de 2009, a Política Marítima Integrada Europeia, criada em 2007, a dinâmica desencadeada pelo vizinho mais próximo de Portugal no Atlântico Oeste, os EUA, e o envolvimento do nosso país com os países de língua portuguesa, nomeadamente com a CPLP. Borges Graça conclui pela necessidade de ultrapassagem da “situação de incoordenação” existente, hoje em dia, ao nível das políticas públicas portuguesas para o mar, formulando, ainda, uma questão de indiscutível relevância, a saber: “[...] será que Portugal precisa de conjugar a atual opção estratégica europeia com a histórica opção estratégica atlântica?”.

Vem mesmo a propósito o artigo de Regina Salvador, professora catedrática da Universidade Nova de Lisboa, sobre “A política marítima integrada da União Europeia: visão global e desafios para Portugal”, o qual foi elaborado no quadro da Cátedra Jean Monnet em “Política Marítima Integrada”. A autora começa por aludir à publicação pela Comissão Europeia do “Livro Azul”, destinado a desenvolver uma Política Marítima Integrada para a União Europeia para, no final, salientar que Portugal, como um dos Estados-membros com maior Zona Económica Exclusiva e que, com o alargamento da Plataforma Continental, em negociação nas Nações Unidas, passará a ter sob a sua jurisdição uma área oceânica de cerca de 4 milhões de Km², deverá ter um papel relevante e estratégico na elaboração de uma nova Política Marítima Integrada Europeia.

Finalmente, o subscritor desta “Nota de abertura”, também, contribui com um artigo intitulado “Da relevância do mar na política orçamental portuguesa”. Procura chamar a tenção para a importância geoestratégica do mar para Portugal, bem como analisar o peso relativo das áreas da Marinha, da Pesca e do Transporte Marítimo e Fluvial no Orçamento de Estado português. Conclui que, apesar de os centros de decisão políticos reconhecerem a importância do mar

para a economia portuguesa, os sucessivos executivos não lhe têm atribuído a indispensável relevância em temas de Orçamento de Estado.

Trata-se de um conjunto interessante de artigos, sendo que metade dos mesmos tem como objeto a problemática do mar, havendo, ainda, análises sobre a aprendizagem, a economia social e a evolução do sistema de poderes a nível mundial. Continuaremos sempre a procurar analisar questões da atualidade, a veicular novas ideias, enfim, a apresentar ideias construtivas para o futuro da comunidade a que pertencemos. Com uma fé inquebrantável na aprendizagem, até porque, parafraseando Fernando Pessoa, “[...] sem fé não temos esperança e sem esperança não temos propriamente vida”.